

Revista Thesis

Copyright (c) 2021 Irina Alencar de Oliveira



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Fonte: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/297>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Referência

OLIVEIRA, Irina Alencar de. Apropriações coletivas de espaços públicos: um enfoque no Patrimônio Cultural (cidade de Goiás como estudo de caso). **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 98-113, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51924/revthesis.2021.v6.297>. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/297>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Apropriações coletivas de espaços públicos: Um enfoque no Patrimônio Cultural (cidade de Goiás como estudo de caso)

Irina Alencar de Oliveira

Irina ALENCAR DE OLIVEIRA é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; irinaoliveira@gmail.com

Resumo

Essa pesquisa toma o núcleo histórico da cidade de Goiás, Patrimônio Mundial desde 2001, como estudo de caso e volta o olhar para as apropriações coletivas observáveis em âmbito urbano pela comunidade local, com destaque para os espaços públicos patrimonializados. Para analisar esses elementos, adota-se conceitos como espaço, lugar e práticas sociais cotidianas, assim como, as relações que estabelecem entre si a partir da perspectiva de autores como Henri Lefèbvre, Michel de Certeau, David Harvey etc. Em apoio a esse aporte teórico, utiliza-se diversos tipos de imagens da cidade, que vão de mapas do século XVIII a fotografias de época, especialmente, do século passado até a atualidade, por apresentarem-se em maior quantidade e diversidade. Conclui-se destacando a importância dos diferentes modos de apropriações coletivas na cidade e sua perpetuação para as próximas gerações, de modo a permitir a construção de uma consistente preservação do patrimônio cultural, ainda que se verifiquem constantes e complexos conflitos entre os diversos atores nesse cenário.

Palavras-chave: apropriações coletivas, espaços públicos, patrimônio cultural, cidade de Goiás.

Abstract

This research takes the historical center of the Town of Goiás, a World Heritage Site since 2001, as a case study and focus on the collective appropriations observed in the urban environment by the local community, especially on historical public spaces. To analyze these elements, concepts like space, place and daily social practices are used, as well as the relationships they establish between themselves from the perspective of authors: Henri Lefèbvre, Michel de Certeau, David Harvey etc. Supporting this theoretical contribution, different types of images of the city are analyzed, from 18th century maps to last century and recent photographs, as per their quantity and diversity. Ending with the emphasis on the importance of the different modes of collective appropriation in the city and its perpetuation for the next generation, allowing a consistent preservation of the cultural heritage, despite the constant and complex conflicts between the different actors in this case.

Keywords: collective appropriations, public spaces, cultural heritage, Town of Goiás.

Resumen

Esta investigación toma el núcleo histórico de la ciudad de Goiás, Patrimonio Mundial desde 2001, como un estudio de caso y analiza las apropiaciones colectivas que la comunidad local logre hacer con la ciudad, con énfasis en los espacios públicos patrimoniales. Para analizar estos elementos, se utilizan conceptos como espacio, lugar y prácticas sociales cotidianas, así como las relaciones que establecen entre ellos desde la perspectiva de autores como Henri Lefèbvre, Michel de Certeau, David Harvey etc. Juntamente con esa contribución teórica, se utilizan diferentes tipos de imágenes de la ciudad, que van desde mapas del siglo XVIII hasta fotografías de época, especialmente desde el siglo XX hasta el presente,

ALENCAR DE OLIVEIRA, Irina. Apropriações coletivas de espaços públicos: Um enfoque no Patrimônio Cultural (cidade de Goiás como estudo de caso). *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 98-113, dez. 2021

data de submissão: 02/06/2021

data de aceite: 27/09/2021



ya que presentan una mayor cantidad y diversidad. Concluye destacando la importancia de los diferentes modos de apropiación colectiva urbana y su perpetuación para las próximas generaciones, a fin de permitir la construcción de una preservación constante del patrimonio cultural, aunque hay conflictos constantes y complejos entre los diferentes actores en este escenario.

Palabras-clave: Amazonia, urbanismo, trama verde y azul, periurbano.

Introdução

*Goiás, minha cidade...
Eu sou aquela amorosa
de tuas ruas estreitas,
curtas,
indecisas,
entrando,
saindo
uma das outras.
Eu sou aquela menina feia da ponte da Lapa.
Eu sou Aninha. (...)*
(CORALINA, 1989, p: 17)

Inicia-se o texto com o poema “Minha Cidade” de Cora Coralina, que apresenta com clareza a forte vinculação afetiva que a poetisa mantinha com a cidade de Goiás (antiga Villa Boa dos Goiazes), onde nasceu e morreu, característica refletida em diversos outros artistas e habitantes locais. Nesse ensejo, o artigo toma essa cidade como estudo de caso e resulta da fase inicial de uma pesquisa de Doutorado em curso. Enfoca na análise de algumas práticas sociais e apropriações coletivas de espaços públicos patrimonializados¹ promovidas pela comunidade local, articulando-as com diversos conceitos abordados por autores como Henri Lefèbvre, Michel de Certeau, David Harvey etc., sob a guia da História Cultural. As investigações concentram-se no século XX devido à maior disponibilidade de fontes de pesquisa, sendo utilizados: obras de arte, artesanato, literatura e diversas imagens, como mapas antigos e fotografias atuais e de época.

O recorte espacial engloba pontos focais selecionados em seu eixo de circulação mais frequentado, que liga os largos do Rosário e do Chafariz. Ele conta com três diferentes vias sequenciais, as quais abrigam lugares com destacadas e específicas características (Figuras 1, 2 e 3): Rio Vermelho (origem da cidade e elemento marcante de sua paisagem natural e cultural), Largo da Praça do Coreto (centro do núcleo antigo que recebe a Igreja Matriz de Santana e o Museu de Arte Sacra da Boa Morte), Largo da Igreja Nossa Senhora do Rosário (espaço de grande importância simbólica, contando com o Fórum e um templo neogótico da dé-

¹ Torna-se Patrimônio Mundial em 2001, tendo alguns monumentos e edifícios tombados isoladamente pelo IPHAN na década de 1950 e seu conjunto arquitetônico e urbanístico em 1978.

cada de 1930, a Igreja de N. Sr.^a do Rosário) e Largo do Chafariz (maior espaço livre da região central, implantado em 1739, após a vila tornar-se capital, para abrigar a Casa de Câmara e Cadeia, o Chafariz da Boa Morte e o desaparecido Pelourinho, além do Quartel do XX e do Colégio Santana).



Figura 1, 2

Planta da antiga Villa Boa dos Goyazes, 1782; Vista da torre da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (demolido) no Largo do Rosário, com a Igreja da Boa Morte à frente e a Casa de Câmara e Cadeira ao fundo, cerca de 1908

Fonte: Nestor Goulart (Autor desconhecido, original manuscrito do álbum "Prospectos de Cidades, Villas, Povoações, Fortalezas, e Edifícios, Rios, e Cachoeiras Da Expedição Philosophica do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, e Cuyabá. Originaes", vol. 2º, Museu Botânico Bocage, Lisboa); José Alencastro Veiga



Figura 3

Imagem aérea localizando o eixo contendo os lugares analisados, 2019

Fonte: Google Maps

Práticas sociais e apropriações coletivas

Após a contextualização inicial, introduz-se a afirmação de Henri Lefèbvre (2008, p. 86-87) de que a leitura dos espaços urbanos “não se faz somente sobre mapas”, por ser “sintomal por excelência, e não literal”. Esse ler mais abstrato permitiria uma definição ampliada de tais lugares, sobretudo, ao incluir as contradições e as negações inerentes a eles, constituindo-se um tempo-espaço diferencial e privilegiado para análise, composto por redes e fluxos muito diversos que se superpõem e fundem-se, tendo como grande interesse as centralidades (ponto fundamental para este artigo). O autor questiona análises racionais e uniformizantes sobre o urbano, que considera “superadas”. Destaca também as diferenças dessas análises, buscando evitar a consolidação de segregações de elementos e aspectos das práticas sociais, que estariam submetidos a reagrupações “por decisão política no seio de um espaço homogêneo” (Lefèbvre, 2008, p. 88). Justifica-se, assim, a opção pelo enfoque nos aspectos mais intangíveis dos espaços urbanos adotada neste texto, a exemplo das representações sociais e dos imaginários coletivos, em busca de melhor compreender as diversas relações estabelecidas entre a comunidade e o lugar no período estudado.

A partir desse viés inter-relacional, apresenta-se a noção de “região” pensada por Michel de Certeau (1998, p. 212) como “um espaço criado por interação”, explicando por que um mesmo lugar pode conter várias regiões, de acordo com o número de interações ou séries de práticas cotidianas pelas quais é apropriado. Diferencia também lugar de espaço, considerando o primeiro como uma ordem qualquer “segundo a qual distribuem elementos nas relações de coexistência”, de modo que duas coisas não podem ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo, e constituindo, assim, “uma configuração instantânea de posições” que implicam estabilidade (Certeau, 1998, p. 201). Já o espaço é entendido como um “cruzamento de móveis”, que deve considerar vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo, resultando do “efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (Certeau, 1998, p. 202), não necessitando de univocidade e estabilidade. Trata-se, enfim, de “um lugar praticado”, tornando-se, portanto, o conceito mais adequado às análises aqui estabelecidas.

Considerando o enfoque nos usos comunitários locais, observa-se que, à exceção do Rio Vermelho, os demais locais analisados são chamados pelos habitantes por nomes bastante pragmáticos, que aludem a elementos característicos de cada um. Ainda que, durante sua história, tenha se tentado substituí-los formalmente por homenagens a figuras eminentes, a comunidade permanece designando-os por suas antigas nomenclaturas, indicando a força que ainda apresentam no imaginário coletivo. Menciona-se como exemplos a tradicional Rua Direita do Comércio, herança do fazer cidades português no Brasil, que passa a ser endereçada como Rua Moretti Foggia; a Praça do Coreto, atualmente nomeada como Praça Dr. Tasso de Camargo; e o largo do Chafariz, transformado em Praça Brasil Caiado.

Acerca do tema, Certeau (1998, p. 185) considera a *toponímia* como uma forma de apropriação, pois os nomes próprios têm seu valor original desgastado com o tempo, mantendo ainda sua “capacidade de significar”. Assim, abrem-se a polissemias atribuídas por seus usuários, que os descolam de seus locais físicos e passam a abranger “encontros imaginários para viagens que, mudadas em metáforas, determinam por razões estranhas ao seu valor original mas razões sabidas/não sabidas dos passantes”, de modo que pairam sobre a cidade como uma nuvem de sentidos latentes e de memórias de extremo interesse para investigação.

O autor afirma ainda que surgem três diferentes dispositivos simbólicos nesses espaços vazios “ocupáveis”, os quais se articulam entre si e indicam relações entre práticas espaciais e práticas significantes: o crível, o memorável e o primitivo. Tais práticas representariam aquilo que viabiliza as apropriações espaciais, o que se repete e se recorda de uma “memória silenciosa e fechada” (Certeau, 1998, p. 186) e o que ali se estrutura e permanece marcado por suas origens primárias. Esses três elementos organizam os lugares-comuns dos discursos sobre/da cidade (lendas, lembranças e sonhos), sendo reconhecíveis na própria função dos nomes de tornar “habitáveis” ou “críveis” esses locais, e impõe uma história vinda do outro, alterando sua identidade funcionalista.

O historiador define também as chamadas formas ou artes de fazer² como “mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado”, de modo a burlar o que entende por uma “rede de vigilância”³ que está por toda parte. Para tanto, utiliza procedimentos populares “minúsculos” e “cotidianos”, que “jogam

² Alguns exemplos delas são os atos de caminhar, cozinhar, falar etc., destacando-se como uma de suas principais características a apropriação, aqui compreendida enquanto “cultura comum e cotidiana” (Certeau, 1998, p. 13).

³ Para Michel Foucault, as instituições que exercem o poder sobre a sociedade estariam sendo “vampirizadas”. Em contrapartida, argumenta que o funcionamento desse mesmo poder também estaria sendo “reorganizado clandestinamente” através de seus detalhes, por meio da utilização do seu clássico conceito de “microfísica do poder” (Certeau, 1998, p. 41).

com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los” (Certeau, 1998, p. 41). Assim, refuta a teoria de passividade e disciplina dos consumidores culturais e a massificação dos comportamentos, defendendo a extinção da interpretação de tais práticas como “fundo noturno da atividade social” (Certeau, 1998, p. 37).

Por fim, Certeau desenvolve a teoria das práticas cotidianas para estudar as “formas de fazer”, que são consideradas majoritárias na vida social e que surgem, em geral, apenas como resistências nas técnicas de produção sociocultural. Complementa que os mecanismos de tais resistências são os mesmos de uma época para outra e de uma ordem para outra, pois a distribuição desigual de forças permanece vigorando. Desse modo, conclui que semelhantes formas de resistir ou “processos de desvio servem ao fraco como últimos recursos, como outras tantas escapatórias e astúcias, vindas de ‘imemoriais inteligências’, enraizadas no passado da espécie, nas ‘distâncias remotas dos viventes’, na história das plantas ou dos animais” (Certeau, 1998, p. 19), conforme exemplos ilustrados a seguir.

Articulações com o urbano no estudo de caso

Ao lançar os conceitos acima sobre as cidades, Certeau (1998, p. 172) define-as como uma “vista perspectiva e vista prospectiva (que) constituem a dupla projeção de um passado opaco e de um futuro incerto numa superfície tratável” e aberta à observação. A partir desse olhar tão adequado para esta pesquisa, o autor busca também analisar as “**práticas microbianas**” existentes no sistema urbano, as quais este deveria “administrar ou suprimir”, mas que “sobrevivem a seu perecimento”. Observa ainda os procedimentos que organizam a cidade, os quais considera deteriorados como a própria está, e que

se reforçam em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora. (Certeau, 1998, p. 175)

Trata-se, em suma, de distinguir essas operações que se “proliferam” dentro das estruturas tecnocráticas e “alteram seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano”. Com isso, busca-se resgatar formas ocultas cria-

das pelos indivíduos ou grupos presos nessas “redes de vigilância” e consideradas como uma espécie de “criatividade dispersa, tática e bricoladora” (Certeau, 1998, p. 41). Na cidade de Goiás, ilustrariam essa condição: as conhecidas e simbólicas lavadeiras que trabalharam no Rio Vermelho até meados do século passado (Figura 6); os vendedores informais de produtos rurais, espalhados por alguns pontos do centro histórico como a Praça do Coreto (Figuras 4 e 5) e que permanecem até a atualidade; entre outros.



Figura 4, 5

Vendedor informal de produtos agrícolas e carro-de-boi na Praça do Coreto entre 1906 e 1908; Vendedor informal de frutas no Rio Vermelho, 2015

Fonte: Sem autor (acervo de Cidinha Coutinho); Lucinete Moraes

Em complemento, Henri Lefèbvre (2008, p. 87) defende que o urbano não se restringe à morfologia material, sendo também “uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro”. Ele configura um campo de relação entre espaço (isotopias-heterotopias) e tempo (ritmos cíclicos e durações lineares) estabelecido pelos usuários, indivíduos e grupos em uma organização socioeconômica, considerando a crescente complexidade e diversidade das sociedades contemporâneas sempre. Em consonância com Certeau, observa que “a cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática” (Lefèbvre, 2008, p. 101), por poder encarregar-se da junção do que está disperso, dissociado e separado. Argumenta ainda que “as qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais” (Lefèbvre, 2014, p. 143). E conclui que ela representa uma “modalidade superior da liberdade” (Lefèbvre, 1999, p. 131), como também pode ser observado, de algum modo, nas apropriações da cidade realizadas pelas lavadeiras e pelos vendedores vistas acima.

Retorna-se a Certeau (1998, p. 179) com sua definição de **uso** como um “fenômeno social pelo qual um sistema de comunicação se manifesta de fato”, remetendo a determinadas normas. O cruzamento do *uso* com o *estilo* gera uma maneira de fazer e de ser, compreendendo-se o primeiro como “tratamento singular do simbólico” e o segundo como “elemento de um código”. Nesse contexto e a partir do que denomina como “retórica habitante”, busca modelos e hipóteses para analisar diferentes formas de apropriação dos lugares. Utiliza relatos temáticos, considerando-os como práticas e percursos do espaço que “atravessam e organizam lugares”, selecionando-os e reunindo-os em um único conjunto, de modo que se tornam “frases e itinerários” (Certeau, 1998, p. 199-200). Em última instância, são “em seu grau mínimo uma língua falada, isto é, um sistema linguístico distributivo de lugares sendo ao mesmo tempo articulado por uma ‘focalização enunciativa’, por um ato que o pratica” (Certeau, 1998, p. 217).

Tomando-se a fala como um importante exemplar das práticas sociais, destaca-se que, na Linguística, esse ato (**à semelhança de** uma performance) não se resume ao simples conhecimento da língua como enunciação. Ela apresenta as seguintes características: opera no campo linguístico; apresenta uma apropriação ou reapropriação da língua pelos interlocutores; instaura o presente, relativo a um momento e lugar; estabelece um contrato com o outro (interlocutor) em uma rede de lugares e relações. De forma mais ampliada, Certeau (1998, p. 57) compreende a **fala** do homem ordinário como uma espécie de “murmúrio das sociedades”, já que provérbios e discursos afins são marcados por usos, o que permite a análise dos vestígios de seus atos ou processos, ou seja, configuram rastros de sua historicidade social. No caso de Goiás, a “fala doce” dos vilaboenses, como aludida por Rachel de Queiroz em sua crônica “Vila Boa de Goiás” (“Diário do Paraná”, out.1972), e os diversos “causos” contados pelos sertanejos locais podem exemplificar essa prática. Estes apresentam histórias míticas e fantásticas, como a lendária e pacificadora Índia caiapó Damiana da Cunha (SALGADO, 1949) e o fantasma da conhecida Maria Grampinho (Figura 7), amiga e moradora do porão da casa de Cora Coralina, ainda hoje usado para repreender crianças indisciplinadas.

Acerca dos **percursos** no espaço, Certeau (1998, p. 177) designa o caminhar como uma apropriação do sistema topográfico pelo pedestre e como uma realização espacial do lugar que “implica relações entre posições diferenciadas” (ou “contratos pragmáticos”

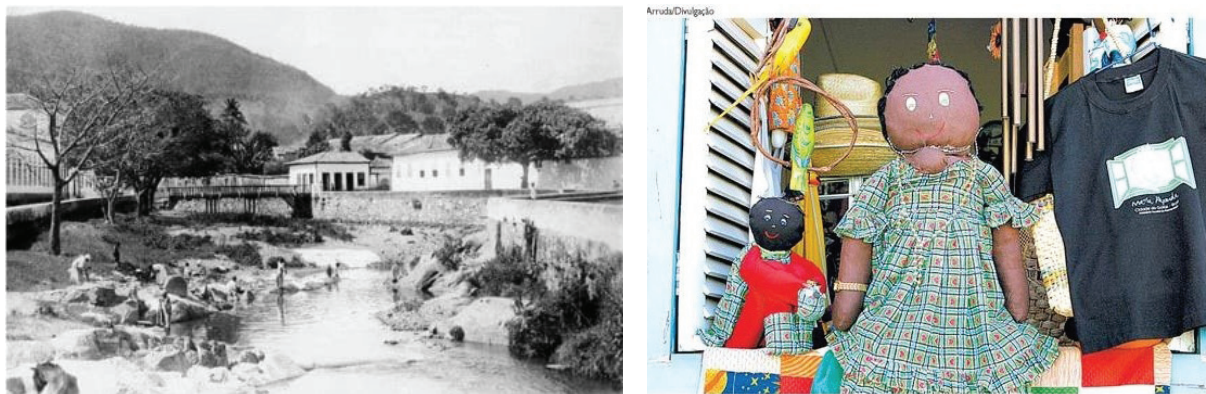


Figura 6, 7

Lavadeiras no Rio Vermelho, 1911 a 1915; Bonecas artesanais representando as famosas personagens Maria Grampinho e Maria Papuda

Fonte: Joaquim Craveiro; Correio Braziliense, 1.jul.2007

como os movimentos). Explica que cada passo é qualitativo e um “inumerável de singularidades”, tornando-se “um estilo de apreensão tátil de apropriação cinesica”, cujos jogos moldam os espaços e tecem os lugares. Sendo assim, os passos podem ser definidos como uma “série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem” e um “jogar com essas espessuras em movimentos”. Extrapolando-se o âmbito material, seriam “histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo” (Certeau, 1998, p. 189). Assim, o movimento dos pedestres, “praticantes ordinários da cidade” (Certeau, 1998, p. 171), forma sistemas reais cuja existência constrói efetivamente a cidade, transcrevendo traços e trajetórias através dela.

Dessa forma, a localização implicada pelo andar, indica uma “apropriação presente do espaço”, instaurando uma paradoxal “articulação conjuntiva e disjuntiva de lugares”, de modo a reuni-los e separá-los ao mesmo tempo (Certeau, 1998, p. 178). Em uma analogia com a fala (feita pelo autor), a partir da enunciação dos pedestres, pode-se analisar “os tipos de relação que mantém com os percursos”, atribuindo-lhes valores de verdade, cognitivo e um dever-fazer relativo ao obrigatório, proibido, permitido etc. (Certeau, 1998, p. 179), possibilitando, então, a criação de vínculos afetivos ou não com os lugares.

Em sua pesquisa sobre apropriação de espaços públicos, Débora Garreto Borges (2017, p. 43) defende que se trata de “uma condição necessária à vida”, sendo importante ressaltar que ela extrapola o sim-

ples uso, também entendido como “prática”. Ressalta que essas apropriações são “processos nos quais as pessoas estabelecem relações com o espaço público, nas práticas e por meio delas; onde há identificação, apoderamento, ligação à memória como parte da experiência e história individual e coletiva”. Na cidade de Goiás, podem ser percebidas principalmente nas caminhadas cotidianas dos moradores por seus logradouros (Figura 8), um tipo de apropriação que vai se transformando com o tempo e que, atualmente, é impactada pelo processo de *gentrificação* e esvaziamento do centro histórico. Há também as festividades populares, a exemplo do carnaval de rua e das procissões religiosas de tradição secular, como os santos padroeiros, o Fogaréu e as antigas e extintas Cavalhadas (Figuras 9, 10, 13, 14 e 16). Observa-se que essas manifestações são verificadas, sobretudo, nos grandes e tradicionais pontos de encontro do centro histórico vilaboense ao longo do tempo: os largos da Praça do Coreto e da Igreja Nossa Senhora do Rosário principalmente. Entretanto, há outras novas centralidades urbanas de grande vitalidade localizadas fora do núcleo originário.



Figura 8, 9, 10, 11

Apropriações e usos cotidianos da Praça do Coreto pela comunidade local em meados do século XX; Exemplo de apropriação coletiva em festa popular na Praça do Coreto, 2015;

Ilustração de uma procissão no antigo Largo da Matriz (atual Praça da Coreto), 1743;

Celebração comunitária nas ruas do Dia do Vizinho, idealizado por Cora Coralina, 1982

Fonte: Maria Dulce Loyola; Ines Santos; Francis de Castelnaux; Cidinha Coutinho

Através de seu olhar marxista, David Harvey (2014, p. 197) trata a apropriação de forma mais politizada, como uma espécie de direito a usos diversos (espaciais, culturais etc.), ao qual o corpo social deveria ter acesso, mas que pode ser controlado ou tolhido pelo capitalismo. Esse direito é observável em várias modalidades, como as presenças políticas nas cidades e os chamados “comuns culturais” (Harvey, 2014, p. 206), traduzidos em costumes e tradições culturais locais sob domínio comunitário, por exemplo. Apresenta também alguns tipos de ocupações como forma de resistência, ilustrando-as com o movimento “Occupy Wall Street”, no qual espaços públicos centrais (parques ou praças próximos a “alavancas do poder”) são ocupados por pessoas para “transformar o espaço público em comuns políticos - um lugar para debates e discussões abertas sobre o que esse poder está fazendo e qual seria a melhor maneira de se opor a ele” (Harvey, 2014, p. 280).

Em ambas as perspectivas, verifica-se uma clara vinculação com o conceito de “**direito à cidade**” de Lefèbvre (2001, p. 134), que se desdobra nos direitos à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e a habitar, dando também ao usuário acesso “à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)”. Dessa forma, o cidadão poderia usufruir de uma vida urbana, uma centralidade renovada, locais de encontro e trocas, “ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.” (Lefèbvre, 2001, p. 139). Isso pode ser verificado nas possibilidades de encontro e apropriação coletiva que a rua propicia, com suas plenas funções informativas, simbólicas e lúdicas (Lefèbvre, 1999, p. 30), como visto nas atividades desenvolvidas durante o Dia do Vizinho idealizado por Cora Coralina em Goiás na década de 1980 (Figura 11). Esse direito, enfim, implica e aplica a consciência da produção do espaço, vendo-o como uma atividade social, inserindo o conjunto da sociedade nos processos de reflexão arquitetônica e urbanística, o que legaria um ar utópico ao conceito na atualidade, segundo o próprio Lefèbvre (1976, p. 20-21). Na cidade de Goiás, um prolongado histórico de efetiva atuação da Educação Patrimonial permite um vislumbre do potencial presente no estímulo à participação comunitária.

Em contrapartida, ressalta-se que esse urbano está constantemente submetido a coações e encontra-se corroído e esvaziado de sentido, perdendo seus traços e suas características de obra e apropriação, como um todo do qual se faz parte e se contribui para a perma-

⁴ Neste estudo de caso, pode-se adicionar ainda os efeitos da gentrificação, catalisada na cidade após a conquista do título de Patrimônio Mundial.

nente construção. Lefèbvre (2001, p. 83) atribui esse fato aos efeitos da comunicação em massa e do uso do automóvel e da mobilidade, que teriam dissolvido a vizinhança e o bairro, através da separação dos indivíduos e dos grupos de seus lugares e territórios de origem ou vinculação⁴. Converte-os, assim, no *lócus* de uma vida cotidiana fragmentada em trabalho, transporte, vida privada e lazeres, estando repleta de indivíduos dissociados, deslocados e afastados de uma "apropriação da materialidade" (Lefèbvre, 2001, p. 100) e de uma prática cotidiana efetiva, como visto no passado. Certeau (1998, p. 174-5) corrobora essa teoria, afirmando que "talvez as cidades se estejam deteriorando ao mesmo tempo que os procedimentos que as organizaram".

Nesse cenário, Lefèbvre (2000, p. 234-5) também discorre sobre a reapropriação de espaços que se encontrem sem utilização ou com sua finalidade inicial desviada, podendo ser retomados, ressignificados e ter seus usos alterados para incentivar sua ocupação pela comunidade. Sugere que esse processo sirva de ensinamento para a produção de novos espaços, levando sempre em consideração suas devidas adequações morfológicas a outros usuários. Por fim, Harvey questiona a necessidade do surgimento de movimentos bruscos, como revoluções (exemplifica com os movimentos estudantis franceses em 1968), para gerar mudanças no espaço existente, na forma de um destruir para construir, que acabaria minimizando "as contradições da sociedade e do espaço existentes" (Lefèbvre, 2000, p. 89).

Destaca-se, agora, o papel da **arte** nesse contexto e sua capacidade de restituir o "sentido da obra" por conter em si própria esse mesmo sentido, oferecendo "múltiplas figuras de tempos e de espaços apropriados", a exemplo da apropriação espacial provocada pela pintura e pela escultura (Lefèbvre, 2001, p. 123). No objeto de pesquisa em questão, as telas de artistas plásticos como Goiandira do Couto (Figura 12), Octo Marques e Di Magalhães, além das poesias de Cora Coralina (exemplificada na epígrafe da introdução) e Garibaldi Rizzo, entre outros, podem ilustrar essa questão.

Lefèbvre (2001, p. 124) concebe a arte como a "capacidade de transformar a realidade, de apropriar ao nível mais elevado os dados da 'vivência', do tempo, do espaço, do corpo e do desejo". Traz, então, o conceito de "centralidade lúdica" como meio de "restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia", atualmente perdido, dando prioridade ao tempo sobre

o espaço, ainda que um se aproprie do outro. Sugere também que se estimule a existência de espaços lúdicos em quantidade e qualidade, “superando (ao reunir) uso e troca” (Lefèbvre, 2001, p. 132), de modo a gerar movimento, imprevisto e encontros para as pessoas da cidade. Enfim, na forma do patrimônio cultural, por exemplo, “os tempos-espaços tornam-se obra de arte e que a arte passada é reconsiderada como fonte e modelo de apropriação do espaço e do tempo”, como “qualidades temporais inscritas em espaços” (Lefèbvre, 2001, p. 134).



Figura 12, 13, 14

Pintora Goiandira do Couto retratando a cidade; : Artesanatos em cerâmica com temas da tradição local, 2016 e 2013

Fonte: Revista Manchete; Erliete Monserrat de Vellasco; Cidinha Coutinho

Sob a perspectiva de que a arte é vista como forma de apropriação, retoma-se Certeau, que apresenta a cultura e a literatura populares como outros exemplos de práticas/artes cotidianas. Interpreta-as como “consumos combinatórios e utilitários”, maneiras de pensar aplicadas ao agir, enfim, uma “arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (Certeau, 1998, p. 42). Em oposição à cultura erudita, que articula conflitos e “legítima, desloca ou controla a razão do mais forte”, as manifestações culturais populares buscam um equilíbrio simbólico em meio às tensões e à violência corrente, através de uma “politização das práticas cotidianas” (Certeau, 1998, p. 45). Exemplifica-se com a extensa produção de artesanato em cerâmica destinada ao consumo turístico na cidade de Goiás, retratando temáticas relativas ao patrimônio cultural e às tradições locais, como as lavadeiras no Rio Vermelho e os antigos tropeiros desfilando pelas ruas com seus cavalos e mulas (Figuras 13 e 14).

Esses elementos também se tornam ricos objetos de análise para a compreensão dos imaginários urbanos observados na região.

O fator Patrimônio Cultural

Aproxima-se, enfim, da questão patrimonial (ainda que de forma incipiente) a partir da tese de João Villaschi, que define as apropriações nesse âmbito como exercícios da cidadania. Ele destaca a necessidade de uma problematização mais aprofundada desta categoria de análise, vista aqui simplificada como um maior acesso e possibilidade de fruição de seus espaços patrimonializados por parte da população de Ouro Preto-MG (seu objeto de estudo). Adverte para as dificuldades trazidas pela “refuncionalização progressiva das cidades remanescentes do passado colonial brasileiro” (Villaschi, 2014, p. 29), que alterou e reduziu as possibilidades de apropriação comunitária de seus centros históricos e de práticas socioculturais em seus territórios. Isso se agrava com a tutela exclusiva do patrimônio pelo poder público, que não oferece meios de participação ou estímulos efetivos a essas apropriações, gerando o que Castriota (2009) denomina de “ensimesmamento” da sociedade. Em um contexto ampliado, Lefèbvre (1999, p. 165) chama esse fenômeno de passividade ou “silêncio dos usuários”, tema aprofundado por Certeau e Foucault nas análises acima.

Ampliando a noção de apropriação do patrimônio, Villaschi explicita suas diferentes formas, sempre vinculadas à “compreensão básica da simbologia impressa no espaço e da atitude social para com o território e o legado cultural”, de modo que, quando se efetivam, podem ser bastante inclusivas para a comunidade afastada desses direitos à cidade patrimonializada. As festas urbanas tradicionais vilaboenses são bons exemplos dessa questão, como a já mencionada procissão do Fogaréu, na qual a comunidade e visitan-

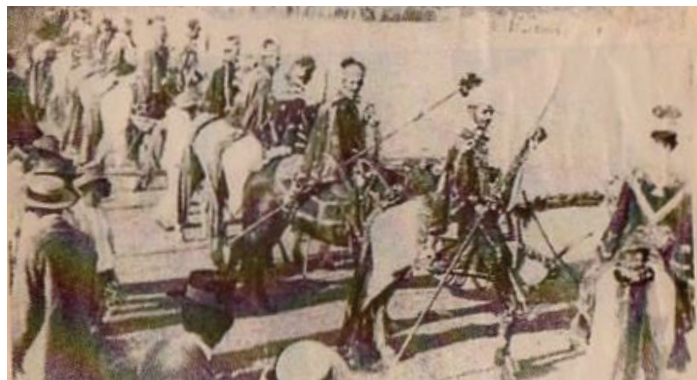


Figura 15, 16
Tradicional Procissão do Fogaréu em frente à Igreja de São Francisco de Paula, 2016; Registro das extintas Cavalhadas na cidade de Goiás realizadas até 1918, 1913
Fonte: IPHAN; Joaquim Craveiro de Sá

tes percorrem as ruas do centro histórico, seguindo os farricocos com suas tochas de fogo. Para Lefèbvre (1999, p. 31), ainda pode haver uma “aparência caricata de apropriação” nesses processos, já que o poder que gere as cidades as “autoriza” como licenças livres de uso dos espaços públicos, sem que se constituam “verdadeira apropriação”. Segundo Andréa Delgado (2005, p. 124), algo semelhante ocorre em Goiás em relação a esta festa, caracterizando-a como uma tradição “inventada”.

Castro (2012, p. 39) introduz a questão conflituosa das diferentes formas de apropriação dos bens culturais pelas populações locais, gestores e consumidores, sobretudo, em locais com forte caráter turístico e segregacionista, remetendo aos encontros e disputas em relação aos usos dos espaços sociais e culturais trazidos por Lefèbvre e Harvey. Além dos estranhamentos e não reconhecimentos de parte da sociedade local sobre o patrimônio que a cerca, no que Villaschi (2014, p. 161) chama de “descolamento” da comunidade de suas raízes, “sobretudo quando a história de vida da população atual se diferencia da história do lugar onde vive”, resulta-se no enfraquecimento das apropriações simbólicas, tão fundamentais para a criação de vínculos afetivos e identitários.

Propõe-se a análise das apropriações coletivas dos espaços públicos patrimonializados na cidade de Goiás, na forma de suas “práticas microbianas” (lavadeiras e vendedores ambulantes); seus usos cotidianos; seus percursos (caminhar cotidiano e festas populares e religiosas); apropriações políticas no viés do direito à cidade; suas manifestações simbólicas através da fala (estórias locais e toponímia) e da arte (pintura, poesia e artesanato). Destaca-se sua grande importância no âmbito das cidades patrimonializadas, assim como, de seu estímulo e perpetuação para alcançar as próximas gerações, de modo a consolidar uma preservação do patrimônio histórico e cultural consistente.

Como visto, Goiás ainda apresenta muitas dessas apropriações vivas e persistentes, além de fortes vínculos afetivos da comunidade com o seu lugar, contando com sua participação efetiva e engajada em iniciativas de proteção do centro antigo, ainda que se verifiquem constantes e complexos conflitos entre os diversos atores nesse cenário⁵. Assim, ela torna-se um destacado exemplar para análise mais aprofundada desses processos, visando a compreensão de suas formas de funcionamento e estruturação, e em busca de registrá-los e tentar, com isso, perpetuá-los no tempo, também com o objetivo de contribuir para a

⁵ Para mais informações ver as seguintes pesquisas: DELGADO, Andrea Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. 2003. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003; TAMASO, Izabela. *Em nome do patrimônio representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2007; DROGOMIRECKI, Stephanie Botovchenko Rivera. *De Arraial a Patrimônio Mundial: A Redescoberta da cidade de Goiás*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019, entre outros.

salvaguarda do patrimônio local. Ressalva-se, por fim, que são apresentadas aqui, apenas conclusões iniciais de uma pesquisa em seus primórdios, que ainda carece de melhor aprofundamento futuro.

Referências

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

BORGES, Debora Garreto. *Vivências e sentido de lugar: reflexões sobre as apropriações no espaço livre público*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017, 262 p:

CASTRO, Bernadete. Patrimônio cultural plural e singular: a dupla face da mesma moeda. In: COSTA, E. B. da; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p: 37-45.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORALINA, Cora. *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

DELGADO, Andréa. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan/jun 2005.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFÈBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFÈBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

VILLASCHI, João Nazário Simões. *Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto - MG*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SALGADO, Alvaro. Jornal “A Noite” (Suplemento), Rio de Janeiro, out.1949.

Figura 13: disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/go/noticias/detalhes/3517/procis-sao-do-fogareu-em-goias-atrai-devotos> > 19 de maio de 2021, 18:00.